



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, composta de onze membros titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontados pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontados pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; c) denúncias de desvios de dinheiro dos royalties do petróleo, apontados pela operação "Royalties" da Polícia Federal; d) denúncias de fraudes do Ministério Público Federal envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; e) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; f) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2009

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de 2009, realizada em 14 de julho de 2009, às quinze horas e cinco minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi instalada a Comissão e eleitos Presidente o Senador João Pedro e Vice-Presidente o Senador Marcelo Crivella, sendo designado Relator o Senador Romero Jucá, com a presença dos (as) Senadores (as): **Antonio Carlos Júnior (DEM), Alvaro Dias (PSDB), Sérgio Guerra (PSDB), Ideli Salvatti (PT), Marcelo Crivella (PRB), João Pedro (PT), Paulo Duque (PMDB), Valdir Raupp (PMDB), Romero Jucá (PMDB), Jefferson Praia (PDT), Gim Argello (PTB), Heráclito Fortes (DEM), Tasso Jereissati (PSDB), Inácio Arruda (PC do B), Delcídio Amaral (PT) e Almeida Lima (PMDB).** Estiveram presentes ainda os Senadores: **Romeu Tuma (PTB), Demóstenes Torres (DEM) e Aloizio Mercadante (PT), não membros da Comissão.**

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Srs. Senadores presentes a esta Comissão, declaro aberta a sessão.

São membros da Comissão, membros efetivos desta Comissão, os Senadores Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, João Pedro, Paulo Duque, Valdir Raupp, Romero Jucá, Fernando Collor e Jefferson Praia. Pelo visto, estão todos os presentes, à exceção do Senador Fernando Collor de Melo, que justificou a ausência, mediante esse requerimento que vou ler agora. "Requeiro, nos termos do art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja autorizada a minha ausência na sessão do dia 16 de julho, em virtude de me encontrar em missão política de interesse parlamentar, a convite do Exmo. Sr. Presidente da República, para viagem oficial ao Estado de Alagoas". Por isso que o senador, hoje, não virá.

A sessão de hoje destina-se a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, em

escrutino secreto, que vai dirigir esta Comissão. Este é o fim principal desta reunião. O que não impede que, oportunamente, após a reunião, após a votação, possam alguns senadores fazer uso da palavra. A eleição será secreta, votação secreta, escrutino secreto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Senador Antonio Carlos, pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria, em nome da minoria Democratas e PSDB, lançar a candidatura do Senador Alvaro Dias para a presidência da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito bem. Está lançado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pela ordem, o Senador Aloizio Mercante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu gostaria de encaminhar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Atenção, pessoal! Atenção!

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu gostaria de encaminhar, em nome da base de sustentação do governo...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Atenção, senhores!

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Gostaria de indicar, em nome da base de sustentação do governo, como candidato à presidência, o Senador João Pedro, e, como candidato a Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Marcelo Crivella. O Senador João Pedro, representante do Estado do Amazonas e do Partido dos Trabalhadores; o Senador Marcelo Crivella, Estado do Rio de Janeiro e do PRB. Os dois comporiam a chapa, com o apoio dos partidos que dão sustentação ao governo do Presidente Lula.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Tem alguma outra candidatura a ser lançada? Não tem?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente. Presidente, a chapa que nós apoiamos o Senador Alvaro Dias para Presidente e o Senador Romero Jucá para relator, para Vice-Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Apenas para declinar do convite do Senador Sérgio Guerra, mas dizer que eu estou à disposição para outras atividades na CPI, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está registrado. Não havendo mais candidaturas. Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, existem duas candidaturas. Eu estou com as cédulas na mão. A eleição vai ser em escrutínio secreto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V. Exa. concorda com um assunto dessa relevância?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Concordo. Depois da votação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu peço a palavra, Sr. Presidente.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não se pode apresentar o candidato depois da votação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): V. Exa. está com certa confusão entre a cabeça e o pé, escolheu o pé.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu gostaria de começar a votação, logo que os senhores permitam.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não se pode discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Depois.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Depois não adianta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, é uma questão de ordem.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O senhor não tem autoridade para brincar com ninguém aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não é brincadeira, não.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): É brincadeira, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Brincadeira coisa nenhuma. Depois, lá fora, a gente discute.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Que conversa. Que lá fora coisa nenhuma. É aqui que o senhor tem que discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu vim aqui presidir essa votação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Sérgio Guerra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Bobagem, Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Sérgio Guerra, não há desrespeito nenhum, Senador Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu não estou com brincadeira. Não me desrespeite.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pois não, pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu quero fazer um apelo ao Senador Sérgio Guerra. Senador Sérgio Guerra, o nosso Senador Paulo Duque tem oito mandatos de deputado lá no Rio de Janeiro--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Esqueceu dos oito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não esqueceu, não, e é uma pessoa... É uma biografia tão consagrada no meu Estado, sem sombra de dúvida. Que eu gostaria de pedir a V. Exa. que tivesse por ele, que está tendo agora uma situação difícil, inédita na sua vida pública, inédita na sua vida... Aliás, numa vida pública consagrada. O nosso deputado, o nosso Senador Paulo Duque foi Presidente daquela CPI do Rio, da Guarda, em que Carlos Lacerda, o grande líder da UDN, e sua secretária, Sandra Cavalcante, eram acusados de um latrocínio, e ele conduziu com brilhantismo, que é aplaudido no Rio de Janeiro.

Então, eu peço ao Senador Sérgio Guerra que compreenda que há, aqui, no nosso Presidente, um vulto, uma expressão política, e que nós todos, pelas tradições de boa vontade, pelas tradições, eu diria, de serenidade e lucidez desta Casa, e a gente, na primeira sessão, na primeira votação, não poderíamos, sobretudo, ferir. É só isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem. Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O Presidente acaba de dar uma resposta que ridiculariza a oposição. Ninguém vai discutir sobre candidatos depois da eleição feita.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas poder tem certeza que a intenção não foi essa. A intenção não foi essa. O Senador Paulo Duque é um democrata. A história e a biografia dele mostra isso.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Então que permita a discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é. Então, eu estou aqui discutindo.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não estou julgando o Senador Paulo Duque, que eu mal o conheço. Eu estou julgando a afirmação dele, que está equivocada.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas por V. Exa. não conhecer que eu estou tendo esses momentos. V. Exa. é meu companheiro há seis anos e me conhece, sabe que eu não daria um falso testemunho. Então, houve um momento, ali, que as coisas foram mal entendidas, mal compreendidas, mas eu peço a todos o apoio ao nosso Presidente, que assumiu por ser o mais idoso, o mais idoso, aqui, na nossa sessão. Mas peço a todos a colaboração, a cooperação, em nome do Rio, em nome da bancada, em nome de uma grande biografia, que me cumpre defender como membro da representação popular do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já que os senhores querem discursar, falar antes do pleito, e já falou o Senador Marcelo Crivella, eu gostaria que os senhores se inscrevessem. Quem é que quer falar?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, me inscreva, Sr. Presidente. Arthur Virgílio, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Alvaro Dias.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Arthur Virgílio, Sr. Presidente

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Senador Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Alvaro Dias.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Arthur Virgílio, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Segundo,

Arthur Virgílio. Senador Sérgio Guerra está inscrito? Quarto quem é? Tasso Jereissati. Quinto senador inscrito. Sexto, Jefferson Praia. Sétimo, quem é? Encerraram as inscrições? Tem alguém mais?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Vou encerrar as inscrições. Sr. Senador Alvaro Dias, V. Exa. tem cinco minutos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Primeiramente, destacar, Sr. Presidente, que esta CPI foi proposta em razão de fatos determinados relevantes. Não houve, nessa iniciativa, a não ser uma postura de responsabilidade pública que a oposição adota em razão dos indícios sérios de corrupção na administração da grande empresa brasileira. É claro, Sr. Presidente, que, durante mais de um mês ou quase dois meses, nós estamos debatendo a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e, certamente, a resistência à sua instalação não se deu em razão da ausência de fatos determinados relevantes. Os fatos existem e estão postos. Depois dos fatos elencados no requerimento, que dá origem à CPI, outros surgiram através do trabalho de investigação jornalística, desenvolvido pela imprensa brasileira.

Uma das tarefas da Comissão Parlamentar de Inquérito é propor transparência. Essa tarefa está sendo alcançada, mesmo antes da instalação da CPI. Hoje, um número maior de brasileiros sabe que há denúncias sérias relacionadas à gestão da empresa.

O que nós lamentamos, Sr. Presidente, é o fato de não respeitarmos, agora, a tradição, sobretudo, do Senado Federal, de que uma CPI tem, no seu comando, a divisão de responsabilidade entre maioria e minoria. Sempre foi assim. Em todas as oportunidades, no Senado Federal, desta forma se procedeu.

A nossa candidatura, a candidatura da oposição tem o sentido, Sr. Presidente, de marcar posição política, em razão do desrespeito à tradição. Obviamente, não há, aqui, nenhuma pretensão de vencer no voto, já que o resultado é conhecido. Mas o que deseja a oposição é exatamente manifestar o seu inconformismo em relação à atitude governista de não compartilhar o comando da direção dos trabalhos.

Desejar uma CPI chapa branca não contribui para a recuperação de imagem e conceito do Senado Federal. O que nós estamos manifestando com essa candidatura é que, se, eventualmente, um milagre ocorresse, nós não indicariamos o relator, e o relator seria indicado pela base aliada, pela maioria, nesta Comissão, em respeito à tradição da Casa. É claro que isto não ocorrerá.

Sr. Presidente, o nosso desejo, o desejo da oposição, é investigar as denúncias que chegaram ao conhecimento público, e aquelas que, por certo, serão reveladas durante os trabalhos da Comissão, com responsabilidade e patriotismo. [soa campainha]. Desde o primeiro momento, houve uma tentativa



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

de desqualificar a proposta. Afirmou-se ser impatriótico, da parte da oposição, propor CPI para investigar a administração da PETROBRAS. Afirmou-se, inclusive, que o objetivo da oposição era privatização da empresa; ao contrário, Sr. Presidente, a empresa não pode ser esse aparelho, a empresa não pode ser aparelhada em nome de um eventual projeto de poder.

Eu estou concluindo, Sr. Presidente, atendendo a determinação de V. Exa. O objetivo da oposição é patriótico, é a valorização da empresa, é recolocar a empresa no patamar de qualificação técnica e profissional que sempre a conceituou nacional e internacionalmente. O objetivo desta CPI da parte da oposição é a valorização da empresa e a sua preservação para que ela possa cumprir o seu objetivo, especialmente, num momento precioso em que a PETROBRAS como a empresa que tem o maior domínio da tecnologia na exploração de petróleo em águas profundas possa desenvolver essa tarefa durante a exploração do pré-sal.

Portanto, Sr. Presidente, o objetivo da oposição é, acima de tudo, o interesse nacional, preservar a empresa em nome do interesse do povo brasileiro. É esse o nosso objetivo e nada mais. Em nosso nome quero agradecer ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, agradecer aos Democratas pela indicação do meu nome, num gesto político que tem por objetivo marcar posição política. Apenas isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com a palavra, em seguida, o Senador Arthur Virgílio. Cinco minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu estava aqui, fazendo um inventário das últimas três Comissões Parlamentares de Inquérito, patrocinadas pela Casa. Eu até não estou tão seguro quanto à ordem de instalação delas, mas estou seguro quanto à praxe e quanto ao princípio. A dos Cartões Corporativos, a da ONGs e a da Pedofilia. Em todas elas, sem exceção de nenhuma, coube uma das funções de direção da Comissão Parlamentar de Inquérito, a minoria, e a outra, obviamente, a reunião de blocos que formam uma maioria nesta Casa, e nós reconhecemos isso.

Na verdade, se é verdadeiro o intento de se sonegar ao bloco da minoria, que é composto pela maior bancada, é maior do que 27 senadores entre DEM e PSDB, significa um número mais expressivo do que o expressivo número de senadores do PMDB e do PP, mais expressivo de que o significativo número de senadores do PT e dos seus aliados de bloco. Eu vejo, então, a quebra de praxe em si e vejo que se violenta uma bancada com a força numérica que tem essa que reúne o DEM e o PSDB. Portanto, eu gostaria de chamar à reflexão os que decidirão pelo voto, e o voto é soberano, sobre os caminhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A partir daí, golpe parecido foi tentado, com êxito, no primeiro momento, e, depois, com resultado que foi absolutamente funesto.

Golpe parecido foi tentado quando se fez, Sr. Presidente, a instalação da CPMI, Comissão Mista, dita do Mensalão. Escolheram um relator da base e um Presidente da base governista, e, no entanto, os fatos se impuseram.

Para nós falarmos com bastante clareza, eu vislumbro aqui três situações que devem servir de parâmetro, até para nós evitarmos argumentos falaciosos, enfim, que são de suposta esperteza. E não é hora de esperteza, é hora de apuração concreta, com sobriedade, por parte da oposição, e com responsabilidade, por parte do governo. Tem três situações concretas. A primeira delas: a minoria não consegue 1/3 dos votos para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, então não instala. A segunda: consegue, mas há desistências provocadas sabe-se lá por que razões. É legal. Pode não ser legítimo, mas é legal, não há o que se reclamar. O que se estava perpetrando era algo violento, algo truculento. Por quê? Havia um número de sete senadores a mais do que os 27 exigíveis, dois livremente retirando suas assinaturas, sobraram 32 Sras. e Srs. Senadores, exigindo a instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, isso fazia dessa Comissão Parlamentar de Inquérito algo irrecusável, algo inadiável.

Portanto, antes que apareçam aqueles argumentos do tipo: “No governo tal, não instalou. No estado tal, não instalou. Na cidade tal, não instalou”... Eu, que não sou vereador e nem deputado federal, aqui, que estou vivendo o presente de senador desta Casa, eu devo dizer que instalaria de qualquer jeito esta CPI, ela se instalaria de qualquer jeito, até porque o governo pressentiu que seria esse o designo do Supremo Tribunal Federal, não podia continuar aquele vai e vem de... V. Exa. via com boa vontade, nós víamos também, e, no final, terminava a boa vontade de V. Exa. e a nossa virando, no fundo, uma grande encenação.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, por outro lado, que cumpro a palavra [soa campainha] que meu partido empenhou. E peço a V. Exa. um minuto para concluir.

Ficou acertado que, instalada a CPI da PETROBRAS, e ela seria instalada acima de qualquer acordo, porque é um direito da minoria, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, pela Suprema Corte do País, ainda assim eu mantenho a palavra empenhada e formalizarei hoje a renúncia à relatoria da CPI das ONGs.

Segundo, do mesmo modo, e não tem fórmula de se desmontar uma CPI que está montada, mas, com anuência do Senador Mário Couto, já conversei sobre isso com o líder Romero Jucá, nós deixaremos congelada a CPI do DNIT. A palavra empenhada pela oposição será cumprida integralmente, será cumprida em 100%. Chamo atenção, ainda, na hora da reflexão, para o fato de que... Para mim, é hora de reflexão: vale a pena se perpetrar essa violência? Majoritários aqui, blocos minoritários se juntam e formam a maioria que sonega o cumprimento da praxe. Então, 27 senadores não teriam o direito de participar da



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

direção desta CPI, apesar de terem tido o seu direito reconhecido na dos Cartões Corporativos, na das ONGs, na da Pedofilia. Isso só faz aumentar a suspeita, lá fora, de que tem coisas graves, e olha que não tem ideia de quem vai ser relator e nem de quem vai ser Presidente. Tratarei com todo respeito quem quer que venha relatar, quem quer que venha presidir esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas entendo que não fica nem bem ir lá para fora porque da à impressão que essa é diferente das outras, essa exige patrulha e não é assim, não tem que se trabalhar nada à base de patrulha. Eu entendo que nós temos que colocar as nossas visões de brasileiros livres a favor de uma PETROBRAS maior e melhor ainda, e para mim quanto mais... Aí encerro Sr. Presidente. Para mim, quanto mais protegida ela esteja, mais protegida ela estará, nós somos capazes de blindá-la de equívocos, de irregularidades e de atos que se pareçam, ou que seja sinônimo de corrupção. Portanto, eu faço esse apelo, no sentido de que, na reflexão última, sigam a praxe e vejam se o que cabe à minoria, que, por coincidência, constitui o maior bloco da Casa, seria a relatoria ou a presidência da Comissão, para que nós comecemos, com o pé direito, uma investigação que haverá de ser a favor do país e jamais contra a PETROBRAS, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Sr. Presidente, V. Exa. me chamou para ir lá fora, eu fui agora, fui lhe dar um abraço, mas o senhor não estava lá. Mas, enfim, o que eu quero dizer, Presidente, é que nós temos que começar esta nossa CPI, aqui, com integral respeito ao direito de todos. Não fazia sentido a gente ter um candidato a Presidente, um candidato a Vice-Presidente e não fazer a defesa desses candidatos. Fazer essa defesa, depois da votação, era absolutamente inócuo, improcedente e inútil, e isso não tem nada a ver nem com o meu tamanho físico e nem o seu, e nem a nossa capacidade de combate, mas, sim, de argumentação. E os meus argumentos são os do bom senso e que, finalmente, prevaleceram.

Agora, Presidente, a gente tem uma noção sobre o que temos que fazer aqui. Nós não entramos nessa CPI de brincadeira, sabemos da importância dela. A reação feita a todos nós por essa iniciativa foi brutal, absolutamente desproporcional, mal constituímos e votamos requerimento para instalação da CPI, medidas extremas começaram a ser adotadas. A mais extrema de todas, o Presidente da República afirmou que não cabia CPI nenhuma, que nós não desejávamos que a PETROBRAS funcionasse, que nós estávamos empenhados em danificar a PETROBRAS. Depois dele a Ministra Dilma Rousseff que é Presidente do conselho da PETROBRAS teria mais razões para falar disso, embora, de forma completamente equivocada. Mas a Ministra Dilma disse a

mesma coisa, que a gente não podia fazer CPI, que era impatriótico, coisa desse tipo. Nenhum de nós aqui é, mais ou menos, patriota, nenhum de nós aqui é, mais ou menos, responsável. Todos nós aqui entendemos que a PETROBRAS é muito importante, todos nós aqui admiramos a PETROBRAS, todos nós aqui desejamos que a PETROBRAS melhore, todos nós aqui colaboraremos para que a PETROBRAS seja, cada vez mais, como poderá ser, uma das melhores empresas do mundo. Trata-se de uma empresa que tem reservas crescentes num mundo em que as grandes empresas têm reservas decrescentes. Em um, dois, três, quatro, cinco, seis ou não sei quantos anos, é provável que a PETROBRAS seja a segunda, a terceira ou a primeira das primeiras empresas mundiais no ramo de petróleo. Isso é bom para o Brasil e é bom para todos nós.

Porém, há uma grande distorção da PETROBRAS que tem, mais ou menos, um determinado significado. Por muitos e muitos anos a direção da PETROBRAS, diretores da PETROBRAS sofreram na indicação deles certa influência política. Como é que isso se dava? Pessoas, técnicos, funcionários da PETROBRAS, gente, normalmente, qualificada, já desde a época dos militares tinha patrocínio externo, apoio externo para crescerem na diretoria e prosperarem nela. O grande conjunto de funcionários da PETROBRAS era desenvolvido por uma espécie meritocracia, os mais competentes cresciam, avançavam na sua remuneração, nos seus postos, nas conquistas e tamanho na dimensão empresarial; os que tinham menos resultados, que apresentavam menos resultados, evidentemente, que não tinha o progresso que aqueles outros tinham. Essa foi a regra, pode ter havido até alguma exceção por muitos anos, até quando o PT e o Presidente Lula assumiram o poder no Brasil. A meritocracia foi abolida, primeiro; segundo, influências externas de políticos começaram a se desenvolver, [soa campanha], não apenas sobre diretores, mas sobre também funcionários, gerentes, superintendentes, grupos foram se formando fora da PETROBRAS para indicar seus representantes lá. Eu até entendo que um determinado grupo de políticos interfira na nomeação de uma determinada autoridade, de uma determinada área da sua região, do seu Estado, e que tenha interesse público e também desenvolvimento eleitoral, desdobramento eleitoral. Mas não faz o menor sentido que parlamentares indiquem técnicos para funções técnicas de uma empresa da importância estratégica e complexidade da PETROBRAS.

Essas indicações de gente instrumentalizada foram crescendo no ambiente da PETROBRAS, se multiplicaram no ambiente da PETROBRAS e estão nos jornais, não denunciadas por nós, mas constatadas, pela imprensa, nos últimos anos. Tal grupo político deseja indicar tal pessoa, tal grupo político deseja indicar aquela outra pessoa. Há uma disputa entre um grupo e outro grupo, para ver quem fica com aquela diretoria, com aquela superintendência, sei lá com quem for. Essa vulgarização da PETROBRAS não dá para convencer a ninguém que é patriótica, não dá para convencer a ninguém que é republicana, não é nada disso. Há uma revolta profunda. O senhor não é Presidente da PETROBRAS, então não precisa se manifestar sobre isso. Há uma revolta profunda no corpo



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

dos funcionários da PETROBRAS contra isso, contra essa ideia de que uma empresa como aquela não pode ser objeto desse tipo de instrumentalização. Nós não concordamos com isso.

Além do mais, há denúncias que estão no Tribunal de Contas, que estão na Procuradoria-Geral da República, denúncias que prosperaram até a investigação policial que são vistas, revistas e conhecidas da população inteira. O congresso brasileiro tem o direito, o dever e a obrigação de fiscalizar a PETROBRAS, como tem o direito, o dever e a obrigação de fazê-lo com extrema responsabilidade e prudência, com respeito aos interesses básicos do País e da própria instituição, a PETROBRAS. É isso que nós vamos fazer. Não queremos transformar isso em campanha política, somos contra àqueles que fazem da PETROBRAS instrumento para campanha política, como foi feito de forma vulgar em patrocínios que se multiplicaram por dentro do Brasil, isso é apenas a ponta de um iceberg, a coisa é muito mais complexa e muito mais profunda que tem que ser vista com mais profundidade, mais responsabilidade e mais informação. Se quiserem a contribuição da oposição para fazer, como deve ser feito um reconhecimento da PETROBRAS, de lançar uma luz sobre a PETROBRAS, valorizar os seus elementos mais positivos, e há vários elementos positivos, a grande maioria da PETROBRAS é formada de elementos positivos e terão a nossa colaboração.

O que nós não podemos aceitar, Sr. Presidente, seja do Presidente atual, do Presidente que vier depois, ou de quem quer que seja são medidas autoritárias, que nos excluem, que evitam a democracia e que são, na verdade, puro, absoluto, total repercussão na verdade, toda uma representação de manipulação de uma determinada realidade demagógica e pouco responsável. Se alguém vai ser responsável nessa questão aqui somos nós, nós vamos sê-lo, nós da oposição, tenho convicção disso. Não vai sobrar para nós a acusação de imprudentes, de que somos aqui apenas um grupo político a procura de resultados públicos, eleitorais, oportunistas; nada disso. O que nós queremos, ao final dessa investigação, que se diga: “O Congresso Nacional, com a oposição, liderou um processo de investigação da PETROBRAS, que constatou que a empresa PETROBRAS é uma grande empresa brasileira, tem muitos méritos e tem alguns defeitos”. Vamos consertar esses defeitos. É isso que nós vamos fazer, e é nesse campo que nós vamos trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com a palavra o Sr. Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores. A instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito é, sem dúvida nenhuma, um momento importante para esta Casa. Desde algum tempo nós da oposição estamos tentando trazer sobre a PETROBRAS à luz do dia a

transparência, em função de que essa empresa nos últimos anos e, principalmente, nos últimos meses saiu do noticiário econômico para entrar num noticiário político, e, às vezes, até no noticiário policial.

A PETROBRAS não pode ficar sujeita a esse tipo de migração do seu noticiário. A PETROBRAS é a empresa mais importante do Brasil, não só pelo seu porte, não só pelo que ela produz, suas características de produção, mas pelo seu caráter estratégico. A PETROBRAS tem sido, ao longo dos últimos anos, formadora de uma mão-de-obra especializada e de profissionais de alta qualificação reconhecida no mundo inteiro. Seria um crime de lesa pátria, nós ficarmos omissos diante da possibilidade de que esta instituição, esta empresa viesse a vir a ser de uma maneira ou outra diminuída tanto no seu potencial quanto na sua imagem. Por esta razão devido a todo conjunto de notícias, de denúncias que se fizeram é que nós ficamos empenhadíssimos em fazer com que essa empresa viesse a ser protegida pela luz do dia. Recentemente escândalos em empresas no mundo inteiro, em grandes empresas no mundo inteiro, demonstraram que a falta de regulação, a falta de transparência e a falta de fiscalização foram as grandes fontes, os grandes fatores de deterioração dessas empresas, e até de um sistema inteiro.

Não entendemos, desde o início da enorme resistência inusitada mesmo, resistência que foi feita em nível tanto no nível do Governo Federal quanto em nível da base aliada do Governo Federal aqui nesta Casa. Foram organizados, como já foi dito aqui pelo Senador Sérgio Guerra e por outros, uma série de movimentos, abraços da PETROBRAS a sistema de voltar à questão do petróleo nosso. Nós fomos acusados de querermos privatizar a PETROBRAS, e alguns casos de prejudicar a PETROBRAS. O próprio Presidente da República se envolveu nisso pessoalmente, a candidata Ministra Dilma também se envolveu nisso pessoalmente. Nunca, em nenhum momento, e é importante dizer explicando as irregularidades [soa campainha] que a PETROBRAS era acusada, mas sempre e, principalmente, atacando essa possibilidade de se abrir, de se trazer à tona o que está acontecendo dentro da PETROBRAS.

Esperamos, Sr. Presidente, que esta Comissão seja uma oportunidade do Senado, não só rever, mas rever, reativar a sua dignidade, fazendo com que se haja que uma eleição de alto nível, uma investigação de alto nível em que se respeite a PETROBRAS, e se respeite o Brasil, mas, principalmente, se respeite o direito à verdade, se respeite o direito à verdade, não para nós apenas da oposição, mas para a opinião pública brasileira.

Por esta razão que nós apresentamos a candidatura do Senador Alvaro Dias, do Senador Antonio Carlos Júnior coma uma resposta a esta mais uma violência que é feita aqui dentro quebrando a praxe tradicional de dar um dos dois lugares de comando da Comissão à oposição, nos deixando sem nenhum lugar de condução do processo dos trabalhos, na tentativa, ainda, de fazer com que aqui se impere o bom senso, a responsabilidade e a noção de que a democracia em que a oposição também tenha os seus direitos é fundamental



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

para o futuro e para um projeto de grandeza para este País. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O próximo inscrito, agora, para a sua manifestação, o Senador José Agripino. S. Exa. dispõe do tempo aprazado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, nós estamos, na verdade, assistindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é, para dizer, o mínimo, ela é inédita. Inédita, primeiro de tudo, porque nunca se fiscalizou, se investigou num instrumento como CPI a PETROBRAS, nunca! A PETROBRAS tem uma história na república brasileira, mas ela nunca foi objeto de uma investigação com as características de uma investigação por Comissão Parlamentar de Inquérito. Segundo, ela é inédita pelo temor que a base do governo dedica às investigações e às suas conclusões. Se olhar para trás, V. Exa. vai ver... Aliás, V. Exa. está vendo de frente a quantidade de jornalistas e de câmeras, é [ininteligível], porque se está instalando a investigação sobre a PETROBRAS que nunca foi investigada por Comissão Parlamentar de Inquérito, porque nunca antes havia havido razão para tal, e porque há um temor exagerado por parte do governo com relação às investigações.

Houve um tempo, Presidente, há dois meses, quando se falou em instalar a CPI da PETROBRAS, em que os líderes da oposição se entenderam com os líderes da base do governo, em torno da divisão dos cargos de Presidente e relator entre governo e oposição. Esteve pactuado, até nomes estavam definidos. Quando o Palácio do Planalto tomou conhecimento das tratativas parlamentares congressuais, entreviu no processo e deixou claríssimo que não havia acordo, eram as duas posições: relatoria e presidência com a base do governo. Eu posso concluir coisa diferente que não seja a de que o temor pelas conclusões nas investigações é um fato. O que é que está acontecendo, Sr. Presidente? Uma secretária da Receita Federal, por sinal, minha conterrânea, já foi demitida porque ousou determinar uma fiscalização da PETROBRAS, acabou de ser demitida. Não admitem divisão de responsabilidades entre governo e oposição ficar na presidência com um e a relatoria com outro.

Estes fatos todos têm que ficar claros, porque eu gostaria que ficasse claro também que não foi a primeira tentativa a de se tentar fazer o Senador ACM Júnior Presidente desta Comissão com a escolha de um relator da base do governo frustrada, agora por último na tentativa de fazer com que o clima da Comissão fosse o mais cordato possível para que nós não perturbássemos a empresa com as investigações que vão ter que ser feitas, nós procuramos até identificar na base do governo candidatos que tivessem o mínimo de compromisso com a credibilidade das investigações e a isenção no

procedimento. Fomos procurados por integrantes da base, chegamos a ter conversas e entendimentos entre nós da oposição e estarem dispostos até a oferecer apoio a senadores da base do governo, quando a conversa evolui para os líderes da base do governo a negativa foi franca, porque vai ser quem seu mestre mandar, Presidente, relator vai ser quem o governo, quem o Palácio do Planalto quiser, vai vencer a maioria de oito o três. [soa campainha]. Eu digo isso não como um desabafo, mas para que fique claro qual é a nossa disposição e qual é à disposição da base do governo.

A nossa disposição, Sr. Presidente, pode estar certo... Hora nenhuma, o meu partido, e tenho certeza de que os tucanos vão dar qualquer contribuição para estimular investigações que possam perturbar a empresa, como empresa, a PETROBRAS, como PETROBRAS, como a empresa que produz gasolina e óleo diesel... Hora nenhuma, vamos dar qualquer contribuição para perturbar a empresa como empresa. Agora, não podemos, hora nenhuma, ser coniventes com uma investigação de fatos que conduzem a uma constatação de que a empresa pode estar sendo, sim, senhor, instrumento de governo. Nós não vamos dar contribuição nenhuma, vamos fazer um gabinete técnico para estudar aquilo que tem que ser investigado do ponto de vista técnico, para não produzir nenhuma perturbação a um patrimônio nacional, agora não daremos contribuição nenhuma para que prossiga aquilo que nós suspeitamos que a PETROBRAS possa ser um instrumento de governo que não pode ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Próximo inscrito, Sr. Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Presidente. Quero, inicialmente, parabenizar a V. Exa. pela forma como tem conduzido o trabalho e a responsabilidade que demonstra nessa primeira reunião importantíssima, quando damos início a esta CPI.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de focar a minha observação dentro do contexto do que o povo espera desta CPI. O que é que o povo brasileiro espera desta CPI que vai investigar supostas irregularidades na PETROBRAS e na Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis? O povo espera, na minha avaliação, numa única coisa, resumo isso numa única palavra: a verdade. Portanto, isso vai exigir de que nós que estamos aqui, Presidente, relatores e membros desta CPI, vai exigir tranquilidade, vai exigir capacidade técnica de avaliação e vai exigir um comportamento político diferenciado, porque esta CPI, na minha avaliação, não é uma disputa de oposição e situação. Ela é, sim, um trabalho que vai ser feito em prol do povo brasileiro que é dono da PETROBRAS.

Então, o povo brasileiro que votou em todos os membros desta CPI, que nós representamos o povo brasileiro, ele vai observar isso. Portanto, ele percebe a importância da PETROBRAS como uma grande empresa, uma empresa que é orgulho nacional, e ele quer que nós cuidemos desta empresa da melhor forma



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

possível, possamos fazer a avaliação e a investigação da melhor forma possível, sem levarmos em conta esse jogo que não é o jogo, que, na minha avaliação, tem que prevalecer aqui, que é o jogo de oposição e situação. Mas, sim, um trabalho técnico, um trabalho que, ao final desta CPI, a PETROBRAS saia muito mais valorizada com as suas ações, muito mais valorizada do que nós temos na atualidade. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Obrigado, Senador. Inscrito, agora, o Sr. Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Por que é que o governo tem preocupações com a prudência, com o equilíbrio, com a responsabilidade nesta CPI? Em primeiro lugar, porque nós continuamos enfrentando uma grave crise econômica internacional. As maiores empresas do mundo, como a GM, nos Estados Unidos, não só recebem 50 bilhões de dólares de socorro do governo americano e os grandes bancos, e isso se repete na União Européia, no Japão; como mais do que isso, as medidas, a cautela, a preocupação dos governos com uma recessão que não acabou com uma instabilidade financeira que não está resolvida.

A PETROBRAS é nada menos do que a maior empresa do Brasil, a segunda maior empresa do setor de petróleo na economia mundial hoje. Uma empresa que tem ações abertas no mercado, uma empresa que está presente em 28 países, uma empresa que tem 54 mil trabalhadores e um milhão de trabalhadores na cadeia produtiva de investimento da PETROBRAS. A PETROBRAS é uma empresa que investe mais que a União, mais que o PAC, mais que o Governo Federal. E é uma empresa que é um êxito, é um êxito com essa diretoria que todos são profissionais de 30 anos de carreira, com exceção do Presidente, que foi diretor da Faculdade de Economia da Bahia, todos são de carreira. Essa empresa aumentou o faturamento, nos últimos seis anos, em 600%; os investimentos, em 800%. Essa diretoria fez a maior descoberta de reserva de petróleo da história da PETROBRAS, e, nos últimos 30 anos da economia mundial, dobrou as reservas de petróleo do Brasil, o pré-sal mudara a história do petróleo. Essa diretoria ajudou a substituir importações, trazer plataformas, navios, impulsionar a indústria brasileira, e mais de 6,5% do PIB brasileiro, hoje, é decorrente do esforço, da capacidade tecnológica e da eficiência da PETROBRAS.

É evidente que a PETROBRAS tem problemas e irregularidades com 54 mil servidores e 3 mil gerentes, e tem mecanismos de controle eficientes de fiscalização, como o Ministério Público que está aqui mencionado, o Tribunal de Contas da União, as auditorias internas e externas, o conselho de administração que tem grandes empresários do Brasil fiscalizando e controlando

os acionistas que são centenas de milhares de acionistas. Temo aí a Polícia Federal, sim, e isso tudo faz parte do controle e do rigor de um país que mudou, que tem mais transparência, que tem mais controle e que tem mecanismos eficientes de manter a eficiência e o resultado que essa empresa apresenta.

Nós queremos prudência e queremos equilíbrio nesta CPI. CPI é um instrumento de minoria, eu fui minoria durante 25 anos e sei quanto é duro ser minoria e ter esses instrumentos. Não é verdade que a tradição do Senado é Presidente da minoria e relatoria da maioria ou inverso. Diga-me uma única CPI no governo Fernando Henrique Cardoso que nós tenhamos uma relatoria e uma presidência. O Senador Álvaro Dias fala de tradição, ele era Presidente da CPI do Futebol. Quem era o vice? Gilberto Mestrinho. Quem era o relator? Geraldo Althoff. Não tinha ninguém da oposição.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele era do PMDB da base do governo Fernando Henrique Cardoso. Nós, a CPI do sistema financeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Foi o Romero que indicou.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu ouvi aqui com toda atenção. Pediria, aqui, ao Senador Sérgio Guerra a atenção e o respeito que eu tive na intervenção dele. Gostaria.

Nós tivemos, na CPI do Sistema Financeiro, que eu fui autor da denúncia, presidência: Senador José Roberto Arruda, relatoria: Senador Jader Barbalho. Nunca tivemos relatoria ou presidência. Quem quebrou essa tradição foi esse governo quando houve acordo. Houve acordo na CPI das ONGs. Nós demos a presidência, mudou a presidência, nós votamos com maioria na Comissão por duas vezes, e o acordo foi quebrado quando não respeitaram a relatoria do governo, o acordo foi quebrado na CPI da PETROBRAS quando nós acordamos no colégio de líderes que haveria uma audiência prévia com o Presidente Gabrielli [soa campainha] para que a maior empresa do Brasil tivesse a chance de vir ao Senado antes de protocolar o pedido e apresentar os seus argumentos publicamente com transparência para que todos os Senadores pudesse construir a sua arguição. E foi quebrado esse acordo. Por isso que não há acordo nesta CPI pela importância estratégica? Sim. Mas também porque os acordos que nós fizemos recentemente não foram cumpridos pela oposição. Fico feliz que hoje tenha sido dito que serão honrados, serão cumpridos, tanto na CPI das ONGs, no DNIT; eu acho que é um passo importante, nós estamos evoluindo, restabelecendo um clima, e estamos hoje instalando uma CPI.

Agora, nós vamos defender essa empresa, nós queremos responsabilidade e equilíbrio, nós não queremos transformar esta CPI numa disputa eleitoral antecipada, ainda que isso seja sempre presente nesta Casa, porque a PETROBRAS é o que é pela luta do povo brasileiro, porque muitos não acreditavam, muitos duvidaram que ela fosse necessária. A elite deste país



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

nunca apostou nesse caminho, e ela chegou ao que é exatamente pela competência dos seus profissionais, dos seus gestores, dos seus trabalhadores que fizeram ela a maior empresa do Brasil, a segunda maior empresa de economia internacional, por isso nós estaremos aqui seguro, e vamos lutar a cada dia, que esta CPI faça o seu trabalho, mas a PETROBRAS sairá maior, sairá fortalecida e cumprindo o seu papel histórico.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Art. 14, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Art. 14, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Olha, não tem art. 14, não. Aqui, agora, é inscrito o Sr. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que a lucidez do Senador Mercadante é antolhada, só divisa o que ela quer. Sofre de antolhos. Os sertanejos sabem o que é antolhos, evidentemente, que o Senador Mercadante deverá recorrer ao dicionário Aurélio, o mais rápido possível para... Não, ele é um homem do campo, ele é cavaleiro, ele pode saber, ele é rural. Desculpe-me.

V. Exa. deve se lembrar em que circunstância eu fiz a substituição do relator da CPI das ONGs. Por falta de consideração não me lembro mais quem era o líder do PT no Senado, o líder da época, não teve sequer a consideração e a gentileza de comunicar à Comissão, ao Presidente da Comissão das ONGs que havia destituído o relator que era o Senador Inácio Arruda. Hoje eu fico numa dúvida cruel, eu não sei se ele teve desconsideração comigo como Presidente da Comissão, ou se com o Senador Inácio Arruda que lhe retirou de uma posição que tinha, o colocou na CPI da PETROBRAS e agora o coloca novamente como suplente. De forma, Senador Mercadante, que V. Exa. pode usar os argumentos que quiser para não cumprir acordos tradicionais que se faz aqui nesta Casa, menos criticar o comportamento que tivemos com relação à CPI das ONGs. Que V. Exa. é um homem muito ocupado, às vezes, se esquece de cumprimentar os companheiros, de cumprir as suas obrigações de líder, e devia ser um dos dias que V. Exa. estava com a lua atravessada e não teve a consideração. É bom que isso fique bem claro, que V. Exa. tem, sistematicamente, citado esse exemplo, mas V. Exa. não diz que errou, que mandou para a plenária, mandou para a presidência do Senado a substituição. Eu vim para esta mesma sala proceder uma reunião, quando cheguei aqui o relator estava destituído. O senhor quer que faça o quê? Acordo se faz quando se combina. A atitude de V. Exa. foi, além, de grosseira para com o companheiro, para com a atividade desta Casa, V. Exa. tomou atitude unilateral e não teve a consideração de fazer nenhuma comunicação, nem, sequer, para pedir que o Presidente da CPI das ONGs aguardasse uma oportunidade para se discutir com relação a substituição. Era um esclarecimento que eu queria fazer.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só para esclarecer, Presidente, apenas um esclarecimento, Sr. Presidente.

O Senador Aloizio Mercadante fez referência à CPI do Futebol que eu presidi, mas aquela CPI foi diferenciada, houve um entendimento, sim, de governo e oposição, não se tratava de assuntos referentes ao governo, e por esta razão houve essa possibilidade. Inclusive, o meu lugar na CPI foi cedido pelo PMDB, há época--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não vamos desviar o assunto.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eu presidi a CPI por cessão do PMDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Perfeitamente.

E eu vou conceder a palavra agora ao senador--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas aí não vai.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, um esclarecimento. Um esclarecimento, Presidente, dois esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Dois minutos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Primeiro, na CPI do Futebol, as duas vagas do PSDB era Alvaro Dias e Antero Paes de Barros. Portanto, os dois... Ele tinha vaga designada. Na coligação majoritária, eles fizeram a presidência, a vice-presidência e a relatoria, na época do governo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas foi um acordo com a bancada do governo também.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quando eles eram maioria, nós não pegávamos nem resfriado nesta Casa, quanto mais relatoria, nunca pegamos uma presidência ou relatoria.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O Senador Mercadante não era senador ainda.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Segundo. Em relação ao Senador Heráclito Fortes, que, às vezes, reclama que eu não o cumprimento, mas ele não consegue citar uma vez no plenário--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é isolado, não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --que eu tenha sido



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

deselegante ou destrutado alguns senadores. E nem sempre a recíproca é verdadeira. Então, não há... Eu sempre trato com respeito, com consideração e com toda a deferência aos parlamentares desta Casa.

Em relação à CPI das ONGs, nós indicamos, à meia noite--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Queria fazer um apelo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só para concluir, Presidente. O Senador Inácio Arruda, às 11 horas da manhã, ele já tinha voltado para, exatamente em respeito à CPI, a presidência do Senador Heráclito Fortes [soa campainha] ao trabalho de um ano que estava sendo feito, e, como não poderia ficar titular em duas CPIs, ele voltou para ser o relator e está aguardando a designação para concluir o seu trabalho. E, quando ele foi indicado, o Senador Arthur Virgílio, ele já estava de volta à CPI, e, mesmo que ele não pudesse voltar, quando a oposição retirou Raimundo Colombo da presidência e também não nos comunicou, nós aguardamos duas semanas para indicar um novo membro e tínhamos maioria--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. não era o líder.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E votamos no nome da presidência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. não era o líder.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Votamos no nome da oposição. Por isso, Presidente, nós respeitamos, durante todo o período, o acordo, e é muito importante que o acordo seja restabelecido. Queria parabenizar o Senador Arthur Virgílio, por restabelecer o acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu peço licença a todos os senadores para dar um esclarecimento. Depois da votação, eu vou reabrir os debates, depois da votação.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora não tem pela ordem. Agora é o Sr. João Pedro.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É para pedir a votação mesmo, é para pedir para votar mesmo. Nós temos matérias importantes para votar no plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): João Pedro com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu quero, num primeiro momento, Presidente, num primeiro

momento, registrar, com satisfação, e agradecer a indicação junto com o Senador Crivella que compõe a chapa que está apresentada para fazer a disputa para definição da presidência e do Vice-Presidente. Eu quero agradecer aqui o apoio do PMDB, dos parlamentares que compõem esta CPI do PDT, do PRB e do meu partido, o PT. E dizer que estou indicado junto com a minha companheira Ideli para fazer parte deste debate, para fazer parte desta investigação. Eu tenho certeza que a CPI vai engrandecer esta Casa, vai expor, verdadeiramente, verdades, trabalhos, pesquisa, compromissos, e a importância desta empresa que é a PETROBRAS.

Eu conheço, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a PETROBRAS lá na minha região, lá na Amazônia. A perfuração do petróleo e do gás que hoje chegou a Manaus. Um trabalho, verdadeiramente, exitoso, ímpar da PETROBRAS em fazer um gasoduto atravessando rios, lagos e florestas. Exigindo dessa empresa a tecnologia diferenciada, Sr. Presidente. Eu entendo da responsabilidade, e aqui foi falada por vários Senadores, o líder do PSDB, o Presidente nacional do PSDB o Senador Sérgio Guerra que falou de prudência, que falou de cooperação e de responsabilidade em travar o debate que vai discutir, não só a PETROBRAS, é bom que se diga, mas a ANP que é uma agência importantíssima, estratégica, tal qual a PETROBRAS, essa CPI vai tratar dessas duas instituições que orgulham a todos nós. A responsabilidade não pode ser só do governo, a responsabilidade são dos onze senadores da Casa, como um todo, em tratar esta que é uma empresa de mais de 50 anos, mais de 50 anos.

Eu venho estudando e, por estar estudando a PETROBRAS, eu quero dizer ao Senador Agripino que já houve uma CPI em 1958, o Sérgio Guerra não tinha nascido. Então, eu sei da responsabilidade de tratar esse debate. E por isso que todos os parlamentares que compõem a base do governo trataram e estão tratando deste que é um tema estratégico para o Brasil, não é estratégico para a PETROBRAS, é estratégico para o Brasil, esta empresa está presente, Senador Demóstenes, em 28 países, em 28 países. Eu estava falando de Amazônia, mas ela está em todas as regiões do nosso Brasil, cumprindo um papel relevante. Avanços houveram nesses últimos anos que orgulham a história da PETROBRAS. E eu tenho a responsabilidade como todos os senadores, a minha não será maior, a minha não será maior ou menor, mas nós temos a responsabilidade de focarmos nas investigações, trabalharmos com um debate profundo e que a gente possa contribuir com um Brasil, com a PETROBRAS, com a transparência e, acima de tudo, com a verdade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O último senador inscrito foi o João Pedro. Eu indago se existe algum outro senador que queira se inscrever, antes da eleição.

Quero anunciar que, depois da eleição, vamos abrir a discussão para quem quiser falar.

Então vamos começar a chamar. Eleição secreta. Depois da eleição.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Primeiro...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente Paulo Duque, depois da eleição será outro Presidente, não será mais V. Exa. Presidente Paulo Duque, depois da eleição, será outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É outro Presidente.

Estou convidando o Senador Delcídio Amaral para fazer a chamada.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Primeiro senador a votar é o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Segundo senador a votar.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Segundo o Senador Álvaro Dias. O Senador Álvaro Dias, o segundo a votar. Candidato a Presidente.

Próximo, Senador Sérgio Guerra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Paulo Duque.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Sérgio Guerra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Paulo Duque, fizeram uma observação que V. Exa. está parecido com o Ulysses Guimarães.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Sérgio Guerra. Aqui não tem art. 14, não.

Próxima a votar. Senadora Ideli Salvatti.

Próximo senador a votar, Senador Marcelo Crivella. Senador Marcelo Crivella. Sou assessor do Presidente.

Próximo senador, Senador João Pedro, candidato a Presidente. Senador João Pedro.

Próximo senador a votar, Senador Paulo Duque.

Próximo Senador Valdir Raupp.

Próximo senador a votar, Senador Romero Jucá.

Próximo senador, Senador Gim Argello.

Último senador a votar, Senador Jefferson Praia.

Sr. Presidente, todos os senadores votaram.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quero

convidar o Senador Antonio Carlos Valadares para ajudar na apuração.

Eu vou proclamar o resultado. Três eleitores senadores votaram na chapa do Sr. Álvaro Dias e oito Srs. Senadores eleitores votaram na chapa do Senador João Pedro. De maneira que eu proclamo o resultado com uma eleição do João Pedro para Presidente desta Comissão e Marcelo Crivella como Vice-Presidente.

Desde já, antes de querer dar a palavra a quem quer que seja, eu convido os eleitos para tomarem assento aqui, porque eu quero transmitir o cargo, imediatamente, aos que se elegeram.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Senador. Srs. Senadores, Sras. Senadoras quero, inicialmente, agradecer o apoio, os votos. Falei e vários senadores já se manifestaram da responsabilidade que temos em conduzir este debate que vai tratar da PETROBRAS e da ANP.

E eu aproveito para, na condição de Presidente, e Vice-Presidente Senador Crivella, de designar para relatoria desta CPI o Senador Romero Jucá, e convido V. Exa. para compor a Mesa aqui.

E eu quero dizer que houve uma articulação, mas não prosperou, do Senador Tasso Jereissati.

Srs. Senadores. Pois não, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em primeiro lugar, eu quero desejar a V. Exa. felicidade nessa missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou meio desapontado, porque, hoje de manhã, nós participamos num debate na CBN, onde V. Exa. era contrário, totalmente contrário à instalação desta CPI. Seis horas depois não só participa da CPI, mas também eleito seu Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador Heráclito, vamos trabalhar?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu queria apenas fazer uma colocação aqui a V. Exa. Não desejo que isso aconteça, mas sabe V. Exa. que há uma disputa interna, na base do governo, muito grande, entre o Ministro Alfredo Nascimento e o Ministro Carlos Minc. Se o Ministro Carlos Minc conseguir derrubar o Ministro Alfredo Nascimento, como é que esta CPI vai funcionar?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós vamos fazer ilação, Senador. Vamos fazer o seguinte, vamos para a pauta.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, eu estou fazendo uma colocação concreta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vamos tratar da pauta, por conta do nosso calendário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, é uma colocação concreta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O relator está designado, nós temos essa semana de trabalho, praticamente, só esta sessão com votações importantes no plenário. Eu quero convocar esta CPI para, na primeira semana de agosto, depois do recesso - eu posso até falar a data aqui -, a gente voltar dia 06 de agosto, 10 horas da manhã, aqui, para tratarmos, ouvirmos a proposta do plano de trabalho do relator e apreciar os requerimentos que já estão aqui. Falta ser protocolado, mas é importante, é fundamental ouvirmos a proposta de trabalho do nosso relator, e aí, sim, a gente começa a trabalhar para valer, no sentido de responder não só para esta Casa, mas para a sociedade brasileira.

Reunião encerrada às 16h23.

Senador João Pedro
Preseidente